AÇÃO ANULATÓRIA - CLÁUSULA CONTRATUAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR - MENSALIDADE - CLÁUSULA ABUSIVA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - RESTITUIÇÃO EM DOBRO - NÃO-CABIMENTO

- Aplicam-se às entidades de ensino superior as normas contidas no Código de Defesa do Consumidor, para que sejam corrigidas as abusividades constantes dos contratos celebrados com os alunos, devendo adequar-se o valor da mensalidade ao número de matérias que se pretende cursar no período letivo.

- Estando a cobrança baseada no contrato, não há falar em restituição em dobro.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2.0000.00.475002-3/000 - Comarca de Uberlândia - Relatora: Des.^a TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 2.0000.00.475002-3/000, da Comarca de Uberlândia, sendo apelante Sociedade de Ensino do Triângulo S/C Ltda. e apelado Ronaldo José Ferreira, acorda, em Turma, a Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais DAR PARCIAL PROVIMENTO.

Presidiu o julgamento o Desembargador Maurício Barros (Revisor), e dele participaram as Desembargadoras Teresa Cristina da Cunha Peixoto (Relatora) e Selma Marques (Vogal).

O voto proferido pela Desembargadora Relatora foi acompanhado na íntegra pelos demais componentes da Turma Julgadora.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2005.
- *Teresa Cristina da Cunha Peixoto* - Relatora.

Notas taquigráficas

A Sr.^a Des.^a Teresa Cristina da Cunha Peixoto - Conheço do recurso, por estarem reunidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de sua admissibilidade.

Trata-se de ação ordinária c/c pedido de liminar ajuizada por Ronaldo José Ferreira em face de Sociedade de Ensino do Triângulo S/C Ltda., alegando que é aluno da requerida, no curso de Ciências da Computação, restando-lhe

apenas cursar uma matéria, denominada Projeto de Graduação II, com carga horária de 150 horas, e que a suplicada pretende lhe cobrar o valor integral de R\$ 548,05, referente ao oitavo período, em que são ministradas quatro matérias, estribada na cláusula sexta do contrato de prestação de serviços, que, por isso, deve ser anulada, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, ressaltando que “o valor a ser cobrado do requerente tem que ser proporcional aos benefícios que terá e as despesas que ocasionará” (f. 8). Portanto, o valor que deveria pagar é o proporcional de R\$ 137,01. Requer, assim, a procedência do pedido, com a repetição em dobro dos valores indevidamente exigidos.

O MM. Juiz de primeiro grau (f. 136/139) julgou procedente o pedido, para declarar a nulidade da cláusula que impõe ao autor o pagamento integral do semestre, correspondente a quatro matérias com alteração para uma disciplina, condenando a ré a restituir ao autor o dobro do valor que pagou em excesso e ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.000,00.

Inconformada, apelou Sociedade de Ensino do Triângulo (f. 141/158), alegando que o autor “cursou disciplinas a mais do que as previstas na grade curricular sem qualquer acréscimo em suas mensalidades, o que de fato não foi considerado pela decisão atacada” (f. 146), e que a cláusula sexta do contrato firmado entre as partes não é nula e já beneficiou em semestres passados o próprio aluno, visto

que nunca pagou excedente pelas disciplinas cursadas além do número previsto na grade curricular.

Sustenta que “não há falar, inclusive, em devolução em dobro de valores pagos indevidamente, visto que não foi cobrado do apelado, em momento algum, valor excedente ao fixado no contrato” (f. 150). Ressalta que tem autonomia para fixar o valor das mensalidades e que “cedição é o conhecimento de que as prestações cobradas por estabelecimento educacional, frise-se, sem fins lucrativos, destinam-se à remuneração do curso oferecido, dissociado do número de horas/aula cursadas, bem como da quantidade de matérias aproveitadas, desconhecendo o ordenamento jurídico pátrio fundamento algum sobre o qual pode apoiar-se qualquer tentativa de estabelecer a proporcionalidade dos serviços prestados pela instituição de ensino” (f. 158). Requer, por isso, o provimento do apelo.

Contra-razões (f. 163/167).

Da análise das peças ínsitas nos autos, retira-se que o autor se encontrava no último semestre do curso de Ciências da Computação, embora de maneira irregular quanto aos demais componentes de sua turma, razão pela qual apenas necessitava cursar uma das quatro disciplinas regulares do oitavo período.

Assim, pretende proceder ao pagamento mensal apenas quanto à matéria que necessita cursar, e não o valor relativo a todo o currículo regular, posição contra a qual se insurgiu o estabelecimento de ensino tendo a questão sido submetida ao Judiciário.

Julgado procedente o pedido, com base nas disposições da Lei 8.078/90, irressignou-se a ré alegando que não se aplicam tais normas ao caso em tela, que é dada aos estabelecimentos de ensino superiores autonomia didático-científica e que “a quantidade de disciplinas existentes na grade, como sabidamente determinou o legislador, não é parâmetro de fixação da contra-prestação, pois cada disciplina exige uma infraestrutura diferente para que o IES possa ofertar o curso com a qualidade exigida pelo

MEC” (f. 150/151), podendo, portanto, constar preço por período/ano, e não por disciplinas.

Impende ressaltar que a presença do Estado na vida econômica das pessoas e nos negócios que realizem entre si impõe mudança no conceito individualista do Direito Privado, já que se encontra “impregnado por elementos publicistas a ponto de não mais poder ser facilmente distinto do Direito Público”, conforme escreve Savatier:

Dentre outros em que disserta sobre o tema, ameniza Mazeaud (*Lições de Direito Civil, I/40*) essa posição, quando assinala haver uma “penetração” do Direito Público no Direito Privado, sugerindo uma “prevalência do primeiro sobre o segundo” (*As Metamorfoses Econômicas e Sociais*, p. 43).

Implica essa visão sobre a relação entre o direito público e o privado uma reavaliação acerca do tema autonomia da vontade privada, conforme se subtrai do Texto Constitucional federal de 1988 e da Lei 8.137/90, que revelam possibilidade de o Estado intervir nos atos negociais de conteúdo econômico para proteger os interesses do particular perante instituição dominante do sistema de ensino.

O direito das obrigações tem como princípio fundamental do contrato o *consensus*, que abriga a autonomia da vontade, com plena liberdade das partes para estabelecerem as normas que hão de nortear os deveres negociais pactuados, sendo-lhes defeso, todavia, violar outro princípio igualmente ínsito nessa modalidade de documento, que é a supremacia da ordem pública.

Assim, impera no plano econômico a preponderância da vontade da ordem pública às relações negociais, regra expressa na vigente Constituição Federal (art. 5º, XXXII), que introduziu direitos inerentes ao consumidor ao estabelecer: “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”, ficando aí evidenciada uma competência concorrente do órgão estatal com o particular.

Dessa forma, a Lei 8.078/90 traz em seu texto a obrigatoriedade estatal de promover a

defesa do consumidor, incluindo-se o dever de analisar os contratos considerados de adesão que registrem cláusulas abusivas para o aderente, mantendo o equilíbrio contratual imposto pelo art. 115 do CC, repetido pela novel legislação, em seu art. 122.

Revelando-se o contrato de prestação de serviços educacionais em tela tipicamente como de adesão, deve-se dizer que o comprometimento da vontade do requerente não se situa no âmbito dos defeitos dos negócios jurídicos em geral erro, dolo, coação, simulação ou fraude, mas tão-somente na ausência de negociação prévia para efeito do acordo volitivo, o que reduz a incidência do princípio da autonomia da vontade, devendo o pacto ser revisto pelo órgão estatal, aplicando-se a regra expressa do art. 51, IV, da Lei 8.078/90:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

(...)

IV estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.

Os autores do anteprojeto dessa lei, Ada Pellegrini Grinover, Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamim, Daniel Roberto Fink, José Geraldo Brito Filomeno, Kazuo Watanabe, Nelson Nery Júnior e Zelmo Denari, esclarecem:

As cláusulas abusivas não se restringem aos contratos de adesão, mas a todo e qualquer contrato de consumo, escrito ou verbal, pois o desequilíbrio contratual, com a supremacia do fornecedor sobre o consumidor, pode ocorrer em qualquer contrato, concluído mediante qualquer técnica contratual. O CDC visa proteger o consumidor contra as cláusulas abusivas *tout court*, e não somente o aderente do contrato de adesão.

(...) sendo matéria de ordem pública (art. 1º, CDC), a nulidade de pleno direito das cláusulas abusivas nos contratos de consumo não é atingida pela preclusão, de modo que pode ser alegada no processo a qualquer tempo e grau de jurisdição, impondo-se ao juiz o dever de pronunciá-la de ofício (*Código Brasileiro de*

Defesa do Consumidor, 6. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 492).

A cláusula sexta, termo firmado entre as partes, salienta que:

Os valores pagos a título de semestralidade, aludidos na cláusula quarta, incluem exclusivamente a prestação de serviços decorrentes da carga horária constante das grades curriculares ordenadas por período, independentemente do número de créditos deferidos no Plano de Estudos.

Verifica-se que, à luz da prescrição insculpida no inc. V do art. 6º do CDC, a cláusula supracitada impõe ao autor prestação desproporcional ao serviço que lhe é prestado, uma vez que pretende a entidade estudantil que aquele pague mensalmente o preço relativo a quatro matérias, enquanto cursa apenas uma, o que revela vantagem excessiva de uma parte em relação à outra, igualmente vedada pelo art. 39, V, da referida norma legal, revelando, também, o acerto da decisão objurgada.

Outro não tem sido o entendimento do extinto Tribunal de Alçada:

Cobrança. Mensalidades escolares. Contrato de adesão. Código de Defesa do Consumidor. Ônus da prova. Desinteresse na prova do fato constitutivo de seu direito. Improcedência.

A entidade que firma contrato de prestação de ensino educacional enquadra-se no conceito de "fornecedor", assumindo, *ex vi legis*, a postura de prestadora de serviços, ficando, assim, sujeita aos termos e condições contratuais nos limites preconizados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cumprida a autora promover a prova que dê suporte ou respaldo aos fatos e às razões carreadas na defesa de seus interesses, de modo a demonstrar realmente, por circunstância, as parcelas do total das despesas que cobra da ré, como mensalidades escolares de sua filha, aluna do educandário, pleiteada no vestibular, como fato constitutivo de seu direito que obstaria os efeitos dos fatos extintivos alegados pela ré (Ap. Cível nº 299.782-4, Rel. Juiz Duarte de Paula, j. em 26.04.00).

Ação civil pública. Ministério Público. *Legitimatío ad causam*. Estabelecimento de ensino.

Contrato de adesão. Nulidade. Código de Defesa do Consumidor. Sucumbência.

Ao Ministério Público, quando provocado por entidade representativa de pais e alunos de estabelecimento educacional privado, é conferida legitimidade para a propositura de ação civil pública, ao intento de defender interesse coletivo, mesmo que o eventual alcance da *actio* resulte em benefício de restrito número grupal de pessoas, ante termo de acordo de adesão, regedor do relacionamento entre contratantes e a entidade educacional contratada, ao qual são imputadas nulidade e ineficácia, por conter cláusulas infringentes de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor.

Decorrido lapso temporal entre a vigilância do termo de acordo por adesão e a solução judicial, a inalcançabilidade do pleito inaugural evidencia-se patente, por não surtir efeitos práticos. Atuando como parte, o Ministério Público, por ser dotado de autonomia administrativa e financeira, subsume-se ao princípio da sucumbência (Ap. Cível nº 249.456-4, Rel. Juiz Lucas Sávio, j. em 19.05.98).

Conclui-se que o contrato não pode ser considerado como ato jurídico perfeito e acabado, visto que impõe prestações consideradas pelo ordenamento jurídico como ilegais e abusivas, mostrando a necessidade de o Estado interferir na esfera didático-administrativa, a princípio adstrita à entidade de ensino, para corrigir as questões ora noticiadas, sobrepondo-se o interesse da norma de ordem pública à autonomia das vontades, pretensamente alegada pela ré.

Pelos documentos acostados aos autos às f. 72/81, o que se afere é que o requerente deveria ter acabado seu curso no primeiro semestre de 2001, o que fez tão-somente no primeiro semestre de 2003, ou seja, atrasou o seu curso por três semestres, sempre pagando a semestralidade devida, o que comprova que não foi, como afirmado pela requerida, beneficiado pelas cláusulas insertas no contrato de prestação de serviços. Não obstante em raras ocasiões tenha cursado disciplinas em número superior ao previsto na grade curricular, também pagou três semestres a mais do que o previsto, em razão das suas diversas reprovações, pelo que não há falar em desigualdade ou diferença no tratamento dispensado as partes litigantes.

Contudo, entendo que não há falar em repetição em dobro, porquanto a princípio estava a parte requerida alicerçada no contrato de prestação de serviços, o que afasta a prescrição do art. 42 do CDC, mormente por ter o julgador singular, ao deferir a liminar possibilitando a compensação das mensalidades vincendas com o montante pago a maior nas semestralidades anteriores (f. 26).

Ex positis, dou parcial provimento ao recurso, apenas para afastar a restituição em dobro, mantendo, no mais, a decisão proferida em primeiro grau.

Custas recursais, pela apelante, nos termos do art. 21, parágrafo único, do CPC.

-:-:-